



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DE 2016 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA A UM DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZASSEIS

Acta nº 1/2016

Aprovada em 16/11/2016

No dia um de Março de dois mil e dezasseis teve lugar no salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a primeira sessão ordinária de 2016 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I – ABERTURA DOS TRABALHOS

1. Informações do Presidente

1. Organização e funcionamento das Comissões Permanentes;
2. Informações e visita ao Convento de São Francisco;
3. Discussão Pública do projecto de Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação.

II - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Intervenções dos Deputados Municipais

III - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Informação escrita do Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), do nº 2, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.

1. Intervenção do Presidente da Câmara;
2. Regulamento dos Mercados Municipais;
3. Regulamento Municipal de Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais;
4. Património Municipal entregue à CIM – Região de Coimbra, pela Assembleia Distrital – Ponto de situação – Medidas a tomar;
5. Desafectação do domínio público do Município de uma parcela de terreno e sua integração no domínio privado do Município, União de Freguesia de Santa Clara e Castelo Viegas;
6. Proposta de Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização das instalações do requerente Joaquim das Neves Carrilho - Quinta do Outeiro/União das Freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila;
7. Projecto de acta nº 3 de 30/06/2015.

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

Eleitos directos

Luís Marinho, Ferreira da Silva, Isabel Vargues, Maria do Céu Fialho, Mário Carvalho, Rosa Isabel, António Sequeira, Ângela Pinto Correia, Nuno Silva, Isabel Garcia, Horácio Santiago, José Cortesão e Ana Bravo.

Presidentes de Junta de Freguesia António Coelho, João Marques, Fernando Santos, José Salgado, Paulo Cardoso, Diamantino Jorge, Fernando Abel, Manuel Veloso e Jorge Veloso.

Grupo Municipal “Por Coimbra” (PPD/PSD/PPM/MPT):



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Eleitos directos

Manuel Rebanda, Helena Moura Ramos, Cabral de Oliveira, Alexandre Barros, Rui Marques, Cristina Agreira, Júlio Gaudêncio, Tiago Fidalgo e Inês Costa.

Presidentes de Junta de Freguesia: José Simão, Pedro Abreu, Hélder Rodrigues, José Filipe e Ricardo Rodrigues.

Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):

Eleitos directos

Manuel Rocha, Pinto Ângelo, Jorge Seabra, Paulo Coelho e Isabel Melo.

Presidentes de Juntas de Freguesia:

Vitor Carvalho e Jorge Mendes.

Grupo Municipal Cidadãos Por Coimbra (CpC):

Eleitos directos

José Reis, José Bandeirinha, Catarina Martins e Rui Pato.

Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):

Eleitos directos

Sampaio e Nora

USB

Presidente de Junta de Freguesia:

Rui Soares

Presenças da Câmara Municipal

Além do Presidente da Câmara, Manuel Machado, estiveram presentes a Vice-Presidente Rosa Reis Marques, os Vereadores Carlos Cidade, Jorge Alves, Carina Gomes, Francisco Queiroz, Paula Alves e José Belo.

Mesa:

Presidiu a sessão o Presidente da Assembleia Municipal Luís Marinho que foi secretariado por Helena Moura Ramos, como Primeira Secretária e Vitor Carvalho, como Segundo Secretário.

O Presidente da Assembleia iniciou a sessão quando eram catorze horas e trinta minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de renúncia de mandato, nos termos do artigo 13º e do nº 1 do artigo 145º do Regimento da Assembleia Municipal – mandato 2013-2017, revisto e aprovado em Sessão Ordinária de 29 de Abril de 2015 e, nos termos da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, bem com os pedidos de suspensão de mandatos nos termos do artigo 78º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

Deputado municipal **André Pereira**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Ana Paula Bravo**;

Grupo Municipal “Por Coimbra” (PPD/PSD/PPM/MPT):

Deputado municipal **Maló de Abreu**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Verónica Mendes**;

Deputado municipal **Nuno Freitas**, pedido de *suspensão de mandato*, pelo período de 6 meses, com início a 16 de Novembro de 2015, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Júlio Gaudêncio**;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deputada municipal **Ana Janine**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituída, pelo Deputado Municipal **Rafael Figueiredo**, que não compareceu;

Deputado municipal **Rui Campos**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Tiago Fidalgo**;

Deputado municipal **Dino Alves**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Cristina Agreira**;

Deputada municipal **Verónica Mendes**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Inês Pinto**;

Deputado municipal **Manuel de Oliveira**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Pedro Abreu**;

Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):

Deputada municipal **Isabel Fonseca**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituída, pela Deputada Municipal **Isabel Melo**.

Grupo Municipal Cidadãos Por Coimbra (CpC):

Deputada municipal **Leonor Barata**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituída, pelo Deputado Municipal **Rui Pato**.

Todas as substituições foram efectuadas nos termos do nº 1 artigo 79º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, bem como nos termos do artigo 13º e, do nº 1 do artigo 145º do Regimento da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão informando estarem abertas as inscrições para o “*Período de Antes da Ordem do Dia*”.

I – ABERTURA DOS TRABALHOS - INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE

Intervenções do Presidente da Assembleia Municipal: - (áudio 03:38 a 18:00 minutos – 1ª gravação)

- Submete a Ordem de Trabalhos à votação – Aprovada por unanimidade;
 - Saudou a Universidade de Coimbra pelos seus 726 anos e a Rádio Universidade pelos serviços prestados ao longo 30 anos;
 - Propôs um voto de pesar e pelo falecimento do Dr. Almeida Santos, aprovado por unanimidade. A Assembleia guardou um minuto de silêncio.
1. Propôs a aprovação dos princípios Orientadores do Funcionamento das Comissões Permanentes;
 2. Pediu à Câmara Municipal o agendamento de uma reunião de trabalho, em data próxima, nos locais do Centro de Convenções do Convento de São Francisco;
 3. Propôs a instituição de uma Comissão “*ad hoc*” para a Discussão Pública do projecto de Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação;
 4. Propôs um voto de pesar pelo falecimento da Drª Margarida Ramos de Carvalho, ex-deputada da Assembleia Municipal, aprovado por unanimidade. A Assembleia guardou um minuto de silêncio.

II - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: - (áudio 18:04 a 18:48 minutos – 1ª gravação)

- Informou estar aberto o período de inscrição dos senhores deputados;
- Informou que recebeu uma *Moção da CDU*, sobre “*A Reposição do Ramal da Lousã*”, que foi distribuída.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenções dos Deputados Municipais

Intervenção do Presidente U F de Santa Clara e Castelo Viegas - (áudio 20:38 a 24:02 minutos – 1ª gravação)

- Queixa-se do estado das vias da freguesia provocadas por obras empresas públicas e privadas;
- Pede receitas da publicidade dos “abrigos” de transportes públicos como receitas da junta;
- Pede terreno municipal para os escuteiros da Confraria da Rainha Santa e do Bordalo;
- Pede protecção e classificação para o Aqueduto do Real Mosteiro de Santa Clara e para o Aqueduto Pombalino de Manuel Alves Macomboa.

Intervenção do Presidente U F de Antuzede e Vil de Matos: - (áudio 24:30 a 28:12 minutos – 1ª gravação)

- Propôs discussão pública sobre o depósito de caulinos no lugar de Mourelos - Vil de Matos;
- Solicitou ao Presidente da Câmara e restantes serviços que travem esta concessão e agradeceu o compromisso e a solidariedade da Assembleia Municipal;
- Agradeceu à Câmara Municipal e aos seus, Vereadores Carlos Cidade, Jorge Alves e Carina Gomes o apoio na realização do Campeonato Regional de Kart Cross, realizado, em Vil de Matos e a reactivação da Comissão de Controlo de Tratamentos da ERSUC.

Intervenção do deputado municipal Mário Carvalho (PS): - (áudio 28:26 a 33:36 minutos – 1ª gravação)

- Falou sobre as cheias do Rio Mondego e o seu desassoreamento e apelou ao desassoreamento da albufeira do Açude Ponte;
- Criticou a demissão das responsabilidades da APA, quanto ao desassoreamento do Rio Mondego;
- Realçou o forte investimento do Governo na região de Coimbra eras verbas destinadas ao desassoreamento do Rio Mondego.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): - (áudio 33:45 a 37:43 minutos – 1ª gravação)

- Subscreeveu a proposta do Presidente da Assembleia Municipal no sentido de suscitar junto do Executivo Municipal uma reunião de trabalho conjunta, reforçando com o pedido de agendamento de uma sessão extraordinária desta Assembleia Municipal, para discussão do papel que o Convento de S. Francisco virá a assumir. Relembra que a Assembleia nomeou uma Comissão de Acompanhamento, cujo desempenho foi, desde o início, condicionado por factores diversos, entre os quais a não comparência sistemática de deputados nomeados para o feito, importando assim decidir da continuidade ou não desta Comissão;
- Apoiou o Orçamento de Estado para 2016 que eliminou alguns constrangimentos à gestão autónoma dos recursos próprios das autarquias locais, mas persistiu no crónico incumprimento da Lei das Finanças Locais. Reclamou medidas urgentes que ponham fim às mais diversas formas de tutela não estritamente inspectiva e reponham um quadro conforme ao regime de autonomia prescrito na Constituição da República;
- Saudou a progressão na taxação dos grupos económicos, o fim da isenção do IMI para os grupos imobiliários ao mesmo tempo que foi reintroduzida a cláusula de salvaguarda na cobrança do mesmo;
- Referiu-se às Cheias do Rio Mondego, referindo que o Projecto da POLIS não respeita o leito de cheia e criticou a Câmara Municipal, porque em tempo, licenciou obras, em leito de cheia;
- Afirmou que a extinção dos organismos públicos e o retalhamento do rio ao longo do seu curso levou a estas situações.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção da deputada municipal Cristina Agreira (CPC): - (áudio 37:59 a 42:32 minutos – 1ª gravação)

- Criticou a mobilidade da cidade e a falta de estratégia por parte da Câmara Municipal dado como exemplo Metro Mondego;
- Solicitou ao Presidente da Câmara que exerça influência junto do Governo com maioria de esquerda, para resolver este problema;
- Critica os SMTUC pela perda constante de passageiros, por falta de qualidade e, sugere que, através de um projecto como o CIVITAS, se pudesse aumentar a qualidade dos transportes, através da diminuição dos tempos de viagem para os utentes;
- Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, para quando o “eléctrico turístico” e defendeu o “Programa Rampa”, destinado a pessoas de mobilidade reduzida.

Intervenção do deputado municipal José Reis (CpC): - (áudio 42:47 a 49:25 minutos – 1ª gravação)

- O Deputado referiu-se aos temas Metro Mondego; Rio Mondego; Iparque; Convento de S. Francisco e Orçamento Participativo.

Intervenção do deputado municipal Rui Marques (CPC): - (áudio 49:46 a 55:07 minutos – 1ª gravação)

- Saudou o Presidente da Câmara pela entrevista no Programa da televisão “Praça Pública” e criticou Catarina Martins a propósito do cartaz sobre a filiação de Jesus;
- Questionou o Presidente da Câmara Municipal, enquanto Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, sobre o não cumprimento da Lei das Finanças Locais do Orçamento de Estado para 2016 que segundo a imprensa nestes termos criticou;
- Falou das cheias do Rio Mondego de 2001 e 2016.

Intervenção da deputada municipal Ângela Pinto Correia (PS): - (áudio 55:41- 1ª gravação a 00:59 minutos da 2ª gravação)

- Informou que o concelho de Coimbra tem uma componente no sector primário relevante, ou seja, 1940 explorações agrícolas, com 5192 hectares de SAU - superfície agrícola utilizada – ou 7775 hectares de superfície agro-florestal;
- Falou das cheias do rio Mondego e actuação da APA;
- Apoiou o investimento do governo de 6,5 milhões de euros na limpeza e desassoreamento dos leitos periféricos do rio Mondego;
- Informou que o Ministério da Agricultura, através do PDF 2020, irá repor a capacidade produtiva dos agricultores afectados pelas cheias.

Intervenção da deputada municipal Isabel Vargues (PS): - (áudio 01:39 a 07: 02 minutos – 2ª gravação)

- Saudou a Universidade de Coimbra pelo seu 726º aniversário anos e a Rádio Universidade, (RUC) pelo seu 30º aniversário e 125º aniversário da Tuna Académica da Universidade de Coimbra (TAUC).

Intervenção do Presidente da Junta da Freguesia de Almalaguês: - (áudio 07:19 a 08:49 minutos – 2ª gravação)

- Referiu-se da Passagem da A13 na freguesia de Almalaguês e às obras e suas consequências nefastas para as pessoas;
- Apelou à Câmara Municipal que providencie junto dos responsáveis, a resolução destes problemas.

Intervenção da deputada municipal Rosa Isabel (PS): - (áudio 09:08 a 13: 04 minutos – 2ª gravação)

- Saudou a Câmara Municipal de Coimbra por ter sido de novo premiada com a bandeira verde na 7ª Edição do Prémio “*Autarquia mais familiarmente Responsável*” e pelas práticas das políticas municipais de apoio às famílias;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do deputado municipal Paulo Coelho (CDU): – (áudio 13:19 a 17:47 minutos – 2ª gravação)

- Apresentou a Moção sobre: Reposição do Ramal da Lousã;

Moção

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, a Assembleia Municipal delibera recomendar à Câmara Municipal de Coimbra que interceda junto do Governo para que:

1. *Reponha urgentemente os carris e reintegre o Ramal da Lousã na Infraestruturas de Portugal, S.A.;*
2. *Reponha e modernize o material circulante;*
3. *Proceda à electrificação do ramal;*
4. *Promova a integração do Ramal da Lousã na rede ferroviária nacional com a respectiva interligação para pessoas e mercadorias;*
5. *Rejeite soluções rodoviárias, ainda que eléctricas e em via dedicada, por não serem adequadas a um ramal de montanha nem a mercadorias, aumentarem o tempo de viagem e diminuírem o conforto dos passageiros;*
6. *Extinga a sociedade Metro Mondego.*

Intervenção do deputado municipal Júlio Gaudêncio (CPC): – (áudio 18:07 a 22:43 minutos – 2ª gravação)

- Criticou o Presidente da Câmara, sobre: Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco e seu Modelo de Gestão e Plano Estratégico; Dinamização do IParque; Reabilitação do Centro Histórico e revitalização do Comércio Tradicional na Baixa, Recuperação das áreas classificadas como Património da Humanidade, Infraestruturas de Ensino, Culturais, Desportivas e de Lazer; o Metro Mondego, o Apeadeiro Velho, o Metrinho Turístico, o desassoreamento do Mondego e a criação de condições infra-estruturais para evitar as cheias do Mondego.

Intervenção do deputado municipal Nuno Silva (PS): – (áudio 23:00 a 25:01 minutos – 2ª gravação)

- Saudou o Governo actual e o presidente da Câmara Municipal pela luta contra a agregação dos sistemas multimunicipais em alta, de água e saneamento efectuadas em 2015, contra a vontade de todos os operadores do sector, incluindo os Municípios.

Intervenção do Presidente U F de Taveiro, Ameal e Arzila: – (áudio 25:20 a 28:37 minutos – 2ª gravação)

- Questionou o Presidente da Câmara sobre: Corte de uma estrada em Vila Pouca do Campo, feito pela Protecção Civil, sem que o Presidente da Junta tenha tido conhecimento; Pediu a alteração aos protocolos de 2015; Referiu o Cemitério do Ameal e a inundação da via junto à Ponte do Paço, em Arzila interrogando-se sobre o início das obras.

Intervenção do Presidente U F de Souselas e Botão: – (áudio 28:56 a 35:44 minutos – 2ª gravação)

- Referiu as inundações em Souselas devido às cheias e informou que reuniu com administração da Cimpor e Vereador Carlos Cidade, para solucionar os problemas do volume de emissão que põe em causa o ambiente, em virtude da Co-incineração;
- Sugeriu uma Comissão de Acompanhamento Independente e pediu apoio para criação de estudos de saúde actuais, que de uma forma simples e isenta, transmita à população uma explicação real da situação.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): – (áudio 36:10 a 44:20 minutos – 2ª gravação)

- Contestou as intervenções dos deputados municipais José Reis – CpC - e Cristina Agreira – CPC, sobre as obras realizadas e em execução na cidade;
- Falou das cheias do Rio Mondego, e criticou as descargas da EDP;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Referiu as promessas feitas por outros Governos sobre o Metro Mondego e dos esforços do PS para o repor;
- Lembrou o estado caótico das obras do Convento de S. Francisco, quando no início deste mandato os deputados fizeram uma visita ao local e sublinhou a realidade do que se vive hoje, graças ao esforço da Câmara Municipal.

Intervenção da deputada municipal Isabel Garcia (PS): - (áudio 44:42 a 47:08 minutos – 2ª gravação)

- Referiu a mudança do paradigma das cidades e a tendência dos executivos Municipais, a encontrar forma para tornar as cidades aderentes mais criativas, interactivas, competitivas, onde todos gostem de viver e trabalhar e se sintam bem e prova disso são as obras de reabilitação que este Executivo tem desenvolvido;
- Felicitou e enalteceu o êxito das festas do fim do ano que a Câmara Municipal promoveu, com as parcerias da Agência para a Promoção da Baixa e Turismo Regional do Centro.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: - (áudio 48:01 a 49:13 minutos - 2ª gravação)

- Pôs à votação e leu a parte conclusiva da Moção apresentada pelo deputado municipal da CDU, Paulo Coelho, sobre a “Reposição do Ramal da Lousã”;

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): – (áudio 49:35 a 50:55 minutos – 2ª gravação)

- Diálogo imperceptível – o deputado falou fora do microfone.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: - (áudio 50:58 a 51:20 minutos - 2ª gravação)

- Colocou a Moção sobre a “Reposição do Ramal da Lousã” à consideração dos deputados municipais, por considerar que esta suscita dúvidas uma vez que o Orçamento de Estado ainda não se encontra aprovado.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): – (áudio 51:22 a 52:56 minutos – 2ª gravação)

- Informou que não se trata de uma questão técnica, mas sim de uma questão política.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: - (áudio 52:58 a 53:57 minutos - 2ª gravação)

- Perguntou se havia mais opiniões sobre esta questão.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): – (áudio 54:13 a 55:03 minutos – 2ª gravação)

- Diálogo imperceptível – o deputado falou fora do microfone.

Intervenção do deputado municipal José Reis (CpC): - (áudio 55:19 a 57:17 minutos – 2ª gravação)

- Expressou o voto contra do CpC por achar que o projecto do Metro Mondego não pode ser fragilizado, mas sim ser reafirmado com particular veemência, neste momento, em que há um novo governo e portanto um novo interlocutor.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): – (áudio 57:20 a 58:35 minutos – 2ª gravação)

- Reafirmou que a questão colocada pela CDU é uma questão de natureza política, portanto, colocam a sua Moção à consideração da Assembleia Municipal, que é soberana e deve votar de acordo com a sua consciência.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rebanda (CPC): – (áudio 58:49 a 59:40 minutos – 2ª gravação)

- O CPC abstêm-se por considerar que a necessidade de reposição dos carris, ou outro qualquer meio de transporte, é uma questão técnica.

Aberta a votação pelo Presidente sobre a proposta da CDU, a Assembleia Municipal deliberou:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação nº 1/2016 (01/03/2016)

A Assembleia Municipal, sob proposta da CDU, datada de 1 de Março de 2016, deliberou *por maioria*, com 7 votos a favor, 14 contra e 24 abstenções, *reprovar a Moção sobre a “Reposição do Ramal da Lousã”*.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: - (áudio 05:06 a 08:07 minutos - 3ª gravação)

- Pediu ao Presidente da Câmara Municipal meios para que as votações na Assembleia Municipal se processem de modo mais simples e mais céleres – votação electrónica;
- Pediu que os serviços que o apoiam distribuam este documento com a antecedência necessária de modo a que possa ser distribuído e colocado em tempo na página da Assembleia Municipal, uma vez que este documento é o documento da transparência, e como tal de extrema importância para a Assembleia. Considerou que este documento dá uma visão de conjunto da actividade do Executivo que, se conhecido com tempo, evitaria muitos mal entendidos.

III - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Intervenção do Presidente da Câmara: - (áudio 08:20 a 50:54 minutos – 3ª gravação)

Nos termos da al. c) do nº 2 do artº 75º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi apresentado e distribuído a informação escrita acerca da actividade e situação financeira da Câmara Municipal durante o período. O Presidente da Câmara Municipal esclareceu os pontos da sua informação escrita, bem com as questões levantadas pelos deputados municipais no “*Período de Antes da Ordem do Dia*”.

- Respondeu à questão colocado pelo Presidente da Assembleia, informando-o que para além da informação que foi enviada à Assembleia Municipal, todas as actas são disponibilizadas no site da Câmara Municipal, reconhecendo no entanto, que este documento é muito extenso, mas não têm outra forma de o fazer;
- Sobre votação electrónica, notou que é assunto para ser tratado oportunamente;
- Saudou a Universidade de Coimbra e a Rádio Universidade de Coimbra pelos seus aniversários;
- Lembrou acto público em preparação de Homenagem a António Arnault e ao SNS;
- Louvou os actos culturais que levam Coimbra aos vários cantos do mundo, e saudou em especial, o Coro dos Antigos Orfeonistas e a Orquestra Clássica do Centro referindo o recente concerto em Cabo Verde;
- Informou que foi assinado hoje o auto consignação, relativo, à última empreitada de todo o conjunto do Convento de S. Francisco e, em função do próximo Orçamento de Estado se verá o que se pode fazer. Assumiu a sua responsabilidade por interior nesta questão;
- Respondeu à deputada municipal Cristina Agreira informando-a que o PAMUS, é instrumento fundamental que garante a mobilidade de pessoas;
- Respondeu ao deputado municipal José Reis dizendo-lhe que nunca partilharam o mesmo entendimento da palavra democracia e que, quanto ao desassoreamento do rio Mondego e arranjos dos muros do seu leito, irá ser feito como foi garantido pelo governo;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Afirmou que o IParque é uma questão complexa, tal como é Coimbra Digital e outras entidades onde a Câmara legitimamente é accionista. Informou que se está a trabalhar para que se resolva o problema;
- Quanto ao ITAP, referiu que foi o orçamento de Estado de 2015 que permitiu mantê-lo, assim como todas as outras escolas profissionais;
- No que se refere às DOCAS – concessionário/explorador – a licença foi renovada nos termos anteriores concedidos pelo Dr. Carlos da Encarnação e, nessa licença consta, que cada concessionário tinha que ter um seguro contra as inundações. Quanto aos danos que ocorreram das duas cheias, decorrem 2 operações relevantes:
 1. Da reunião com Ministro do Ambiente, APA, EDP e outras entidades conexas com a bacia do Mondego, ficou convencionado que se iria abrir um inquérito para averiguar o porquê das coisas, as características das coisas e que soluções deveriam ser adoptadas e a mobilização de fundos comunitários para o desassoreamento do Rio Mondego. Informou também que, o ressarcimento dos danos dos bens públicos vai ser feito com a activação de Fundo Comunitário;
 2. Está disponível no site da Câmara Municipal um modelo de requerimento para que as pessoas lesadas e não indemnizadas possam pedir o seu ressarcimento de danos. Agradeceu aos presidentes de juntas, vereadores e a todos os que colaboraram nas cheias para evitar maiores males.
- Quanto ao Orçamento do Estado para 2016, pediu, e aqui como Presidente da ANMP, ao Presidente da Assembleia Municipal, para não comentar este assunto e, informou que os documentos estão no site da ANMP, e recomendou que os consultem;
- Quanto ao cemitério do Ameal pediu desculpa mas não tem dados para lhe responder e finalmente, quanto à Via Central informou que o projecto foi aprovado ontem pela Câmara Municipal.
- Prestou esclarecimentos sobre as aprovações e projecções anteriores. Informou que a Câmara Municipal, via SRU, acordou com o Fundo Box e, a Câmara Municipal, pôs o seu património de edificios que adquiriu aqui na Baixa. Até hoje não, recuperou nada. Mas a Câmara Municipal está a realizar tudo e o que está ao seu alcance, para solucionar este assunto.

Intervenção do deputado municipal José Bandeirinha (CpC): – (áudio 51:20 a 56:15 minutos – 3ª gravação)

- **Quanto** à Via Central referiu o esvaziamento dos tecidos urbanos medievais mais sensíveis e, salientou que o CpC fará uma veemente denúncia pública de tudo isto e recorrerá às instâncias necessárias.

2. Regulamento dos Mercados Municipais

Intervenção do deputado municipal José Reis (CpC): – (áudio 56:46 a 59:59 minutos – 3ª gravação)

- Informou que aprova o Regulamento dos Mercados Municipais.

Deliberação nº 2/2016 (01/03/2016)

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, datada de 23 de Novembro de 2015, deliberou, *por unanimidade*, aprovar o *Regulamento dos Mercados Municipais*

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

3. Regulamento Municipal de Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais;

Intervenção da deputada municipal Catarina Martins (CpC): – (áudio 01:29 a 05:02 minutos – 4ª gravação)

- Considerou que este Regulamento é uma peça importante para a gestão da vida convivial nocturna da cidade, mas geradora de conflitos, cruzados entre os frequentadores, os comerciantes e os moradores nas zonas de maior densidade de estabelecimentos de restauração, bebidas e de diversão.
- Congratulou-se no entanto, pelo projecto deste regulamento, agora melhorado, embora tanto o processo de consulta como o documento produzido apresentem algumas vertentes que impossibilitam o voto favorável do CpC, pelas razões seguintes:
 1. Restrições de horários e condições de funcionamento se apliquem apenas aos estabelecimentos localizados na zona especial de protecção “Património Mundial”;
 2. Obrigatoriedade da remoção diária de mobiliário das esplanadas para o interior dos estabelecimentos (artº 11º, nº 5);
 3. Considerou que a imputação aos reclamantes das despesas das diligências de prova (artº 17º, nº 2 e 3) por ser exageradas.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): – (áudio 05:16 a 07:09 minutos – 4ª gravação)

- Informou que a zona da cidade incluída na lista de “Património Mundial” conheceu todos os prejuízos da desprogramação daquele espaço urbano;
- Disse que a CDU encara o presente Regulamento, como uma medida de emergência que não dispensa o estudo e a adopção de políticas tendentes a substituir o caos reinante por ambiente saudável na cidade;
- Vêm no presente Regulamento em cuja votação se irá abster, o início de um trabalho que deverá visar a curto num médio prazo a defesa do bem-estar dos cidadãos que escolheram a zonas histórica para fixar morada.

Intervenção do deputado municipal Rui Marques (CPC): – (áudio 07:26 a 11:37 minutos – 4ª gravação)

- Informou que no fundamental acompanha a preocupação demonstrada por quase todos os Vereadores, em sede de reunião do Executivo Municipal e considerou relevante os contributos dos Vereadores Ferreira da Silva (artº 4º), de Raimundo Mendes da Silva, em relação ao Centro Histórico, de Paulo Leitão, sobre a ZEP e de Francisco Queirós, em relação aos moradores da Alta, apesar de no seu entendimento, este Regulamento ser demasiado restritivo, no que toca à ZEP;
- Concluiu que este Regulamento dispõe nos seus Capítulos III e IV, bem como no disposto no nº 2, do artº 3º do Capítulo I, e a manter, enquanto “fonte” de dispositivos, atribuíveis com toda a legitimidade ao Executivo, de modo a compatibilizar e a assegurar a elaboração de uma nova proposta de Regulamento, com vista a acautelar todo o conjunto de interesses e questões logísticas de difícil compatibilização, mas não, de impossível resolução.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): – (áudio 11:57 a 12:55 minutos – 4ª gravação)

- Informou que o Partido Socialista vai votar favoravelmente este regulamento, porque está tranquilo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação nº 3/2016 (01/03/2016)

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, datada de 14 de Fevereiro de 2015, deliberou, *por maioria, com 19 votos a favor, 15 votos contra e 9 abstenções*, aprovar o **Regulamento Municipal de Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais**.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

4. Património Municipal entregue à CIM – Região de Coimbra, pela Assembleia Distrital – Ponto de situação – Medidas a tomar.

Proposta de deliberação de todos os Grupos Parlamentares

- 1 – Esta Assembleia Municipal, por sua deliberação de 30.09.2015, aprovada por unanimidade, solicitou à CIM da Região de Coimbra “o teor da decisão ou cópia integral do ofício que comunicou ao Governo a aceitação da universalidade patrimonial da Assembleia Distrital de Coimbra, a que se refere o Despacho n.º 3778/2015, publicado na 2ª Série do DR, n.º 74 de 16 de Abril de 2015” e bem assim “informação sobre a regularização eventualmente promovida, designadamente perante as Conservatórias do Registo Predial de Coimbra, Figueira da Foz, Arganil, Pampilhosa da Serra, Penela, Penacova e de Miranda do Corvo, de bens patrimoniais que integrem a referida universalidade”.*
- 2 – Promovida esta deliberação por ofício n.º 24810 de 6.10.2015 do Sr. Presidente da Assembleia Municipal não nos foi remetido cópia do ofício solicitado aquela CIM, nem a informação concreta sobre o registo dos bens que integram a universalidade patrimonial transferida.*
- 3 – E mais foi deliberado em 30.9.2015, por esta Assembleia, que o Senhor Secretário de Estado da Administração Local informasse “qual em concreto o conjunto de bens e direitos patrimoniais que integram a universalidade jurídica do património da Assembleia Distrital de Coimbra a que se refere o seu Despacho n.º 3778/2015, publicado na 2ª Série do DR, n.º 74 de 16 de Abril de 2015”.*
- 4 – Igualmente, promovida nesta parte a referida deliberação e por ofício n.º 24808 de 6 de Outubro de 2010 do Senhor Presidente desta Assembleia Municipal, não foi ainda recebida qualquer resposta.*
- 5 – Subsistem assim fortes dúvidas sobre se foram cumpridas os requisitos de que o n.º 6 do art.º 3º da Lei 36/2014 faz depender a transferência do referido património para a CIM, como ainda não se conhece que tenha sido presente à Assembleia Intermunicipal “...o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação...” nos quais necessariamente se têm de inserir os que constituem a universalidade jurídica patrimonial dos bens da Assembleia Distrital de Coimbra.*
- 6 – Finalmente, ainda por deliberação desta AM de 30.09.2015 foi decidido oficiar ao Ministério Público os factos referidos, e no sentido de promover acção de anulação do “Despacho n.º 3778/2015 do Sr. Secretário de Estado da Administração Local, publicado na 2ª Série do DR, n.º 74 de 16 de Abril de 2015”, não sendo demonstrada a sua regularidade com a citada Lei 36/2014.*

Assim sendo, propõe-se:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- *Solicitar ao Senhor Secretário de Estado uma audiência, recebendo uma delegação desta Assembleia Municipal para se analisar os pressupostos da transferência para a CIM da Região de Coimbra da universalidade do património da Assembleia Distrital de Coimbra.*

Caso não seja reapreciado o aludido despacho, recomendar à Câmara Municipal

- *Remeter para o Ministério Público os documentos essenciais do presente processo, que o habilitem a interpor acção de anulação do Despacho 3778/2015 do Senhor Secretário de Estado da Administração Local.*

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: - (áudio 15:50 a 31:18 minutos – 4ª gravação)

- Propôs que se solicite ao Secretário de Estado da Administração Local, uma audiência para análise dos pressupostos da Transferência para a CIM da Região de Coimbra da universalidade do património da Assembleia Distrital de Coimbra e, caso não seja reapreciado o despacho nº 3778/2015 de 16 de Abril, recomendar à Câmara Municipal de Coimbra que remeta para o Ministério Público os documentos essenciais do presente processo, que a habilitem a interpor acção de anulação do aludido Despacho;
- Informou que se terá de promover um debate relevante, nesta Assembleia, sobre as relações entre o Município e a CIM para discutir com mais profundidade este assunto.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): – (áudio 31:30 a 34:39 minutos – 4ª gravação)

- Comunicou que no decurso da reunião Assembleia Inter Municipal da CIM, cuja “Ordem de Trabalhos” era, para além de outros pontos, a aprovação do seu orçamento e do plano de actividades que não vinha acompanhado do inventário exigido por lei, levou-o, a não votar o referido orçamento. Por outro lado, não encontrou no orçamento, nenhuma verba para conservação dos bens, nomeadamente o Aeródromo de Cernache, que a CIM tinha adquirido à Assembleia Distrital de Coimbra, o que o levou a questionar o Presidente da CIM sobre o assunto, tendo este respondido, não reconhecer o Aeródromo de Cernache, como sendo da CIM e por isso, votou esse orçamento, favoravelmente.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): – (áudio 34:52 a 36:24 minutos – 4ª gravação)

- Informou que a Bancada da CDU subscreve cada palavra que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal aqui proferiu perante esta Assembleia, mas acrescenta, que todas estas as dúvidas de legalidade sobre transferência de património da Assembleia Distrital, se junta uma dúvida, sobre a legitimidade da CIM. Sugeriu assim, que fosse colocado na “Ordem do Dia”, noutra ocasião, a legitimidade da CIM.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rebanda (CPC): – (áudio 36:40 a 37:46 minutos – 4ª gravação)

- Informou que se revê nas posições já aqui assumidas pelos deputados que o antecederam, fazendo apenas referência, em concreto, a um dos aspectos do património que é importante que seja definido, porque os seus utentes que vêm nessa escola a possibilidade de formação, terem alguma garantia, referindo-se concretamente, ao Instituto Superior Miguel Torga que também uma das situações (confissões) do património da CIM.

Intervenção do deputado municipal José Bandeirinha (CpC): – (áudio 38:00 a 40:16 minutos – 4ª gravação)

- Informou que faz dele as palavras da generalidade dos oradores que o antecederam, mas que é necessário que a CIM entenda, a centralidade de Coimbra porque, só ela é que poderá ajudar a reequilibrar algo, que não está equilibrado;
- Saudou também a intenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de fazer o debate, a seu breve trecho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): – (áudio 40:18 a 40:40 minutos – 4ª gravação)

- Pede licença apenas para dizer e num aparte ... “isto é a verdadeira geringonça”.

Deliberação nº 4/2016 (01/03/2016)

A Assembleia Municipal, sob proposta de todos os Grupos Parlamentares, datada de 29 de Fevereiro de 2016, deliberou, *por unanimidade*, **solicitar ao Secretário de Estado da Administração Local, uma audiência para análise dos pressupostos da transferência para a CIM da Região de Coimbra da universalidade do património da Assembleia Distrital de Coimbra e, caso não seja reapreciado o despacho nº 3778/2015 de 16 de Abril, recomendar à Câmara Municipal de Coimbra que remeta para o Ministério Público os documentos essenciais do presente processo, que a habilitem a interpor acção de anulação do aludido Despacho.**

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

5. Desafecção do domínio público do Município de uma parcela de terreno e sua integração no domínio privado do Município, União de Freguesia de Santa Clara e Castelo Viegas;

Intervenção da deputada municipal Catarina Martins (CpC): – (áudio 42:17 a 46:48 minutos – 4ª gravação)

- Informou que sobre esta desafecção de terreno, não tem nada a dizer, está de acordo, mas em relação ao Exploratório para quem é feita esta cedência de terreno, dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal dizendo que este sabe quais as razões pelas quais nunca se calará;
- Disse ainda que, há cerca de 1 ano os associados do Exploratório promoveram uma alteração na Direcção, que trouxe um novo modelo de gestão e assim pensa, que a Assembleia Municipal se deverá pronunciar sobre este modelo de gestão que foi trazido para este equipamento;
- Finalizou concretizando que a exposição que se localizava no edifício da primeira fase do Exploratório, foi simplesmente destruída, retirada e os seus módulos, arrumados ou desmantelados. Já o edifício da segunda fase, cerca de 40 módulos expositivos, foram também retirados, com gastos no seu armazenamento e no seu desmantelamento, para além de não conhecerem até hoje, se foi resolvida a situação financeira do Exploratório, cabendo à Assembleia Municipal, acompanhar a gestão deste equipamento que deveria ser axial, também numa política de cultura do Município.

Intervenção do Presidente da Câmara: – (áudio 47:13 a 51:46 minutos – 4ª gravação)

- Informou que a proposta que está a ser submetida à Assembleia Municipal, é a autorização para a desafecção do domínio público de um terreno, propriedade de domínio público e actualmente sobre jurisdição municipal para fechar um processo relativo à 1ª Fase da instalação do Exploratório na Quinta da Várzea. Depois de ser autorizada e cumpridos os âmbitos da lei, será registada no domínio privado da Câmara e será afecto àquela função, com condições cuidadosas no que diz respeito à utilização dos bens, sobre jurisdição municipal, por outras entidades. O Exploratório é uma associação, e a assembleia geral, reuniu já depois da nova direcção e esta teve que ser interrompida porque é necessário clarificar os estatutos da entidade, associação Exploratório, decorrendo presentemente, várias negociações, estando preocupados em encerrar contas, com a Direcção, fechar processos de financiamento comunitários, relatório final, onde há detalhes a resolver, incluindo o modo de esta entidade fazer prova de que é titular



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

do terreno onde está implantada a infraestrutura, que foi financiada por fundos comunitários, relativa à 1ª fase. Na 2ª fase, já houve um outro tipo de registo, é de domínio privado municipal e é por resolução da Câmara Municipal que se pode resolver;

- Informou também que sobre a natureza das exposições que a Associação promove, é um trabalho da Direcção que nós acompanhamos, mas não interferindo;
- Finalizou dizendo que quanto às cheias ocorridas recentemente, foi um espaço que teve danificação de instrumentos, porque ficou alagado, cujos prejuízos ainda não estão apurados.

Deliberação nº 5/2016 (01/03/2016)

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, datada de 21 de Dezembro de 2015, deliberou, *por unanimidade*, aprovar a **desafectação do domínio público do Município para o seu domínio privado, de uma parcela com a área de 50.358,40m2, sita na Quinta da Várzea, União das Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas, proveniente de parte do prédio urbano descrito na 1ª CRP do concelho de Coimbra sob o nº2089/19990514 (extinta freguesia de Santa Clara) e inscrito na matriz predial urbana sob o nº3741, a confrontar de norte com Francisco José Castilho Fernandes Martins, de sul com Carlos Alberto Castilho Martins Penha, de nascente com Rio Mondego e de poente com domínio público municipal.**

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

6. **Proposta de Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização das instalações do requerente Joaquim das Neves Carrilho - Quinta do Outeiro/União das Freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila;**

Deliberação nº 6/2016 (01/03/2016)

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, datada de 15 de Fevereiro de 2015, deliberou, *por unanimidade*, aprovar o **Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização das instalações do requerente Joaquim das Neves Carrilho - Quinta do Outeiro/União das Freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila.**

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

7. **Projecto de acta nº 3 de 30/06/2015.**

Deliberação nº 7/2016 (01/03/2016)

A Assembleia Municipal deliberou, *por maioria*, com 1 abstenção, aprovar o **Projecto de acta nº 3 de 30/06/2015.**

E sendo vinte horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, da qual se lavrou o presente projecto de acta que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal, para posterior aprovação.